



**Universidade Norte do Paraná**

---

**SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS,  
REDES E DEFESA DE DIREITOS**

**ROZANA MARIA DA FONSECA**

**AQUISIÇÕES SOCIAIS DOS USUÁRIOS DO SUAS  
ATRAVÉS DE UM PROJETO DE RECICLAGEM NO CRAS  
DE EUNÁPOLIS/BA**

ROZANA MARIA DA FONSECA

**AQUISIÇÕES SOCIAIS DOS USUÁRIOS DO SUAS  
ATRAVÉS DE UM PROJETO DE RECICLAGEM NO CRAS  
DE EUNÁPOLIS/BA**

Monografia apresentada à Universidade Norte do Paraná  
- UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Gestão Social, Políticas  
Públicas, Redes e Defesa de Direitos.

Orientador: Prof. Rodrigo Eduardo Zambon

Dedico este trabalho ao meu marido Augusto Braga, pela sabedoria imune às ilusões pregadas pelo sucesso.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Augusto Braga, pelas orientações, incentivo e revisão deste trabalho.

A tutora presencial Reginalva, pelos esclarecimentos e aprendizado proporcionado.

Aos colegas de curso pela oportunidade de encontro e discussões

À amiga Chris Muniz Baratta, pelo humor, amizade e leveza.

FONSECA, Rozana Maria. AQUISIÇÕES SOCIAIS DOS USUÁRIOS DO SUAS ATRAVÉS DE UM PROJETO DE RECICLAGEM NO CRAS DE EUNÁPOLIS/BA. 2012. . Monografia (Especialização em Gestão Social Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos) – Sistema de Ensino Presencial Conectado, Universidade Norte do Paraná, Eunápolis, 2012.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discorrer sobre as aquisições sociais dos usuários do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, através de um projeto de reciclagem denominado RET: Recolher e Transformar. O estudo foi realizado através de revisão bibliográfica e análise obtida de um estudo de caso no CRAS. A análise dos dados foi realizada através de observação direta nas reuniões com os participantes do projeto. Os principais resultados observados foram a mudança de percepção em relação ao meio ambiente e a tomada de atitudes pró-ambientais. Pudemos observar que uma vez sensibilizado acerca da importância da destinação adequada do lixo, o indivíduo permanece com as atitudes pró-ambientais. Assim pode-se concluir que o projeto é um importante instrumento de promoção da autonomia, protagonismo e autogestão. E nos indica um viés pelo qual a atuação do psicólogo no CRAS pode perpassar para atuar junto às famílias e comunidades, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e com a formação de subjetividade capaz de se comprometerem com a questão ambiental e com demais problemáticas que o cercam como, dificuldades de acesso à saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, entre outras. A execução do projeto demonstrou ainda que é um grande desafio para o profissional de gestão social promover a articulação e a construção de projetos que desenvolvam de fato a comunidade e que provoquem transformações no campo da ação e da potencialização das comunidades para receber e participar das diversas políticas públicas ligadas ao bem estar individual e social dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Gestão Social. Resíduo Sólido. Psicologia sócio-histórica. Políticas Públicas de Assistência Social. CRAS

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1	Breve contexto da Política pública de Assistência Social.....	9
2.1.1	– Contribuições da Psicologia nos serviços de Proteção Social Básica 11	
2.1.2	– Psicologia Ambiental como subsídio para o trabalho com as famílias do PAIF através do Projeto RET: Recolher e Transformar.....	12
2.2	Gestão social:.....	14
2.3	A questão social na gestão de Resíduos Sólidos.....	14
3.	O PROJETO RET: RECOLHER E TRANSFORMAR.....	17
3.1	Esquema do funcionamento do Projeto .....	18
3.2	Alguns entraves:.....	19
3.3	Algumas fotos do Projeto Ret: Recolher e Transformar .....	21
4–	METODOLOGIA E ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	23
5 -	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
	Referências Bibliográficas .....	29
	Apêndice .....	32

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea consiste em conciliar políticas que garantam o desenvolvimento econômico alicerçado em políticas de gestão social e de manutenção da qualidade ambiental. Neste contexto, informar e despertar na sociedade percepções quanto a importância de políticas e práticas pró-ambientais revela-se como uma importante ferramenta de equidade social.

Neste panorama, a linha base para esta discussão será a Política Pública de Assistência Social, levando em conta os serviços da proteção social básico geridos e organizados pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Desta forma, neste trabalho será tratada a problemática das práticas de gestão socioambiental como ferramentas para atendimentos dos objetivos do SUAS. Assim, o presente trabalho insere-se na linha de pesquisa voltada para a Gestão de Redes e Interfaces do Sistema Único de Assistência Social.

O presente trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre a eficácia de se utilizar um projeto voluntário de reciclagem de resíduos sólidos como instrumento de gestão social com vistas a atingir os objetivos dos serviços de proteção básica do SUAS. Seus objetivos específicos são: Analisar o interesse dos usuários sobre as questões relacionadas a gestão e reciclagem de resíduos sólidos; Avaliar as interfaces entre as políticas públicas de assistência social e de meio ambiente; Avaliar a aquisição de autonomia e autogestão por parte do usuário em função da participação no projeto, levando em consideração as contribuições da psicologia.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância que as questões ambientais em conjunção com uma maior percepção por parte do poder público sobre a necessidade de aplicação de políticas públicas sociais como garantia da qualidade e dignidade da vida humana.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho será a pesquisa bibliográfica acrescida de uma análise acerca de um projeto de reciclagem implantado em Abril de 2010, no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, na cidade de Eunápolis/BA intitulado RET: Recolher e Transformar. Trata-se de um Projeto com participação voluntária dos usuários do Serviço de Proteção e

Atendimento Integral à Família – PAIF da Proteção Social Básica. Como instrumentos serão utilizados revisão bibliográfica e análise dos dados obtidos através de observação e registro dos resultados qualitativos e quantitativos do Projeto.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 BREVE CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política pública de assistência social no Brasil é norteadada pelo documento criado em 2004, denominado Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pelo Sistema Único de Assistência Social, SUAS, 2005. Trata-se de marcos relevantes para a qualificação e universalização da política, pois delineiam princípios, diretrizes e objetivos para a consolidação da assistência social como política pública e direito social.

A IV conferência tornou-se um espaço histórico ao deliberar a elaboração da PNAS e a construção do sistema de gestão descentralizado e participativo - SUAS. A descentralização e participação já eram previstas desde a Constituição Federal de 1988, mas tornaram mais definidas com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, a qual regulamentou a Assistência Social:

*A forma de gestão no sistema descentralizado e participativo proposto pela LOAS, em seu capítulo III, artigo 6º, implica na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil.*

Assim, a PNAS, o SUAS são resultados desta Lei em tela, e vale considerar que foram formalizados apenas doze anos após a sua homologação. O artigo primeiro preconiza a essência da assistência social:

*A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, LOAS, 1993.*

A Política Nacional de Assistência Social conceitua o SUAS como instância de gestão que:

*define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: Matricialidade*

*Sócio-Familiar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.*

O SUAS define dois níveis para a Proteção Social, as quais prestam serviços obrigatórios, programas e projetos, levando em conta as vulnerabilidades sociais e os riscos sociais de cada família inserida no território. Em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a Proteção Social Básica, executada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, tem como objetivos prevenir situações de risco e minimizar e até superar situações de vulnerabilidades sociais, através do desenvolvimento de potencialidades, acesso aos direitos sociais e fortalecimento da função protetiva da família, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais. O Principal serviço ofertado na Proteção Básica é o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

A Proteção Social Especial é dividida em: Média e Alta Complexidade. Vanzeto, 2005, resume que na Média Complexidade são realizados atendimentos às famílias com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Estes atendimentos são realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

A Alta Complexidade é definida por serviços de Acolhimento Institucionais sendo “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual” Tipificação, MDS/SNAS, 2009.

O SUAS é um avanço e mostra sinais que a Política de Assistência Social tem condições de se tornar uma política de qualidade promovendo e fortalecendo a participação popular e o controle social. Mas alguns autores pontuam que o SUAS ainda está em construção e que não define isoladamente o sucesso da política em tela.

*(...) a construção e implementação do SUAS, mesmo sendo tardia não pode ser viabilizado com procedimentos apressados e interpretação de que, o*

*sucesso da política de assistência social esta condicionado a implantação do sistema, como já começaram a alardear alguns atores localizados nos espaços de poder político.*

### 2.1.1 – Contribuições da Psicologia nos serviços de Proteção Social Básica

A Resolução Nº 17, de 20 de Junho de 2011 Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Com esta resolução a presença de psicólogos nas equipes do SUAS deixa de ser preferencial para de tornar obrigatória.

Assim, vemos um avanço para a área de psicologia, uma vez que a questão social e a relação entre o indivíduo e a sociedade são temas discutidos pela psicologia no Brasil, de maneira mais significativa desde a década de 80 - tendo como uma das principais precursoras, a teórica e autora Sílvia Lane. Avanço porque a psicologia se faz presente na elaboração e construção das políticas públicas no Brasil.

A psicologia sócio-histórica vem ao longo desses anos estudando e propondo maneiras possíveis de intervir na comunidade e com famílias, tendo como fundo, a reflexão acerca das contribuições da profissão. De acordo com Gonçalves, 2009. p. 290,

*a psicologia tem muito a dizer no campo das políticas públicas (...) não só porque as políticas são elaboradas para atender as necessidades de indivíduos e grupos, mas porque, para que sejam eficazes, devem contar com a decisão dos envolvidos.*

Nos mostra ainda que as políticas públicas envolvem as dimensões social e política, assim como a dimensão subjetiva de todos os seus atores. Esta última é material norteador de toda práxis da psicologia sócio-histórica.

A autora contribui ainda, trazendo a reflexão de que as políticas sociais hoje devem ser políticas públicas, e aponta uma direção para a atuação a partir da psicologia:

*(...)a da transformação da sociedade, pautada na promoção e garantia dos direitos sociais (...)*

Para isso é necessário considerar:

*“As demandas da realidade social a partir de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais. As situações sociais de exclusão, desfiliação, a precariedade da vida, não são naturais, muito menos inexoráveis. São produzidas e, desta forma, podem ser alteradas”.*

Outro ponto teórico importante é que consideramos como suporte para o projeto as teorias de grupo operativo de Pichon Rivière, o qual é grande referência para trabalhos em grupo. Este teórico define grupo como um conjunto de pessoas ligadas por objetivos comuns, articuladas por uma mútua representação de se constituir como um grupo, e que se propõe, de forma explícita ou implícita, a uma tarefa, criando para isso regras, papéis, e relações internas ao grupo. Rivière, 2009.

BASTOS, 2010, sintetiza a técnica de grupo à luz deste autor, demonstrando que para Pichon Rivière o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interação e se vinculam. A mudança, que é o objetivo primordial de todo grupo operativo, envolve todo um processo gradativo, no qual os integrantes do grupo passam a assumir diferentes papéis e posições frente à tarefa grupal.

2.1.2 – Psicologia Ambiental como subsídio para o trabalho com as famílias do PAIF através do Projeto RET: Recolher e Transformar

A Psicologia Ambiental é uma disciplina nova e ainda pouco difundida nas universidades do Brasil, ou seja, a maioria das universidades brasileiras ainda não incluiu esta disciplina na grade curricular. O que causa desconhecimento das contribuições dessa área para a atuação na área de psicologia comunitária e social. Ao propor o projeto foi identificado que esta disciplina poderia nortear a prática, pois está interessada em como as pessoas se

relacionam com as questões ambientais. Tem grandes estudos na temática de urbanismo, paisagismo, arquitetura, mas aqui tomamos como suporte os estudos acerca da tomada ou não de comportamentos pró-ambientais pelos cidadãos.

Pinheiro, 1997, elabora um Dossiê sobre a história da psicologia Ambiental e nos indica que a psicologia é chamada para tratar de um problema que é Humano-ambiental, refletindo não uma crise ambiental, mas uma crise das pessoas-nos ambientes. O autor se embasa em Corraliza para expor suas ideias, vejamos:

Apesar de importantes aproximações entre disciplinas voltadas para a questão ambiental (por exemplo, Ecologia e Economia), a Psicologia precisa fazer parte desse esforço, pela necessidade de se compreender o ser humano frente ao ambiente. Para a Psicologia os problemas ambientais oferecem dupla oportunidade: desenvolver teórica e cientificamente conhecimentos sobre a forma de agir das pessoas, e influir nos rumos da sociedade em um de seus aspectos mais fundamentais (Corraliza, 1997, citado por Pinheiro, 1997).

Um dos autores pioneiros da Psicologia Ambiental no Brasil, Hartmut Günther nos aponta que:

Os desafios que a Psicologia Ambiental tem a enfrentar na sociedade atual apresentam pelo menos duas dimensões: uma de intervenção (gerar mudanças no meio ambiente) e outra de gestão (tomar decisões a partir de uma escala de valores implícita ou explícita), ambas com base nos parâmetros da sustentabilidade como novo valor social positivo( ...)

Vemos, portanto que a psicologia ambiental é uma área que já vem realizando estudos e intervenções capaz de responder ao esse “chamado” atual e urgente que é a questão ambiental, mas a grande contribuição está na perspectiva que Pinheiro defende, que é o estudo e a intervenção na relação homem-meio ambiente. Pois ao mesmo tempo em que o homem transforma o meio, e no caso em tela, o território, ele é também transformado. E a contribuição da psicologia está ligada na potencialização de transformações significativas, tanto no âmbito individual quanto social e comunitário.

## 2.2 GESTÃO SOCIAL:

Um dos princípios da gestão social é promover a articulação, entre as questões sociais - a política pública setorial com a rede Intersetorial, favorecendo a tomada de responsabilidade para tomada de ações minimizadoras e de superação dos agravos sociais decorrentes e diversos contextos.

Segundo Bouldosa e Schommer, 2009:

*A ação intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território". Essa é uma perspectiva importante porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso, busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.*

As autoras citam KEINERT, 2000, para discutir a noção de gestão social, o que nos auxiliará na discussão proposta neste projeto, que será discutir instrumentos possíveis de gestão social e promoção de ações articuladas entre a política pública de assistência social, meio ambiente, educação, cultura, saúde, emprego e renda e outras. Vejamos:

*A noção de gestão social indica e fortalece um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos. Um modelo no qual o Estado revê sua suposta primazia na condução de processos de transformação social e assume a complexidade de atores e de interesses em jogo como definidora dos próprios processos de definição e construção de bens públicos. (KEINERT, 2000).*

## 2.3 A QUESTÃO SOCIAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante anos a questão social no que se refere ao gerenciamento de resíduos foi omitida tanto no campo ambiental como no social. A geração de renda a partir das atividades relacionadas aos resíduos sólidos, caracterizou pela informalidade e pelas condições insalubres. Por outro lado, no campo da educação ambiental, ações voltadas para reciclagem receberam maior atenção. No entanto, o público alvo geralmente eram estudantes do ensino fundamental. Ações voltadas para educação de público não infantil e principalmente para a população em

condições de vulnerabilidade social são menos comuns, são mais raras. Geralmente sendo desenvolvidas por ONGs.

Tal cenário pode ser considerado um paradoxo, uma vez que os impactos ambientais advindos da falta de gestão de resíduos sólidos tendem a se manifestar com maior intensidade sobre essa camada social.

Atualmente, diante de um cenário de crise ambiental, o Brasil conta com uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, a qual tramitou por 30 anos no Congresso Nacional. A Política institui uma gestão integrada e trata das questões relacionadas aos “catadores”, trabalhadores informais que vivem em condições de extrema vulnerabilidade social, principalmente decorrente de baixa renda.

A articulação Intersetorial é imprescindível para implantação e execução desta Lei, a qual é norteadada pela gestão integrada. No capítulo II, Seção: Definições, temos os conceitos de gerenciamento de resíduos sólidos e gestão integrada:

*Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

*(...) X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;*

*XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável; (...).*

Propiciar uma discussão acerca de destinação adequada dos resíduos sólidos nas ações do PAIF, serviço da proteção social, é considerar a necessidade dessa integração e mais ainda é começar a implantar a articulação a nível municipal. Na Rio+20, vimos que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da Secretária ---- indicou e mostrou os caminhos que a política social deve percorrer para tratar da questão da extrema pobreza e das questões

ambientais. Enfatizou que o desenvolvimento sustentável só ocorrerá de forma efetiva se estiver atrelado com a questão da superação da pobreza.

A união das agendas social e ambiental foi o tema de destaque proposto pelo MDS e considerado pelos atores participantes dos debates na Arena Socioambiental como uma importante conquista no evento. Abaixo um trecho transcrito da entrevista concedida á Globo News pela Ministra do MDS, Tereza Campello, onde fala sobre a proposta do Piso de Proteção Socioambiental e da importância da união das agendas, Globo News, 2012

Desafio atual é não separar mais o debate ambiental do debate social, é atrasado agente pensar só meio ambiente, ou só pobreza, só tem um jeito de construir um mundo melhor que é pensando - como salvar o planeta, como construir formas sustentáveis de produção e de consumo que permitam incluir as pessoas, isso não acontecerá naturalmente, isso só acontecerá se houver uma decisão do conjunto dos atores, dos governos, dos empresários, para que agente possa de fato construir um mundo onde essas agendas se conjuguem”

Temos então a proposição de que a questão de resíduos sólidos siga esta mesma linha ao unir políticas de diferentes setores, tanto público quanto privado. Sabemos que ainda é precária essa união, mas é urgente esta articulação, pois só será possível implantar a gestão de resíduos sólidos de forma eficaz se incluir a população econômica e socialmente vulnerável, a qual sofre diretamente pela degradação do meio ambiente, e está sobrevivendo insalubre e indignamente da destinação inadequado do lixo reciclável. Esta população é público prioritário dos serviços geridos pelo Sistema Único de Assistência Social. Assim vimos de extrema relevância que a execução dos serviços de proteção social não esteja alheia às questões ambientais.



### 3. O PROJETO RET: RECOLHER E TRANSFORMAR

A presente experiência ocorreu no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, na cidade de Eunápolis/BA, através do Projeto Recolher e Transformar implantado em abril de 2010.

O projeto foi destinado aos usuários participantes dos grupos/oficinas do CRAS e aos funcionários - estes como voluntários indiretos, com o objetivo de implementar um sistema de entrega voluntária de resíduos recicláveis; visando promover a sensibilização e responsabilização a respeito dos processos de consumo e destinação dos resíduos; avaliar a percepção das pessoas e as tomadas de condutas pró-ambientais através de grupo socioeducativo do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, facilitar e promover autonomia e autogestão.

A implantação e execução do projeto se deram através da formação do grupo com os usuários do CRAS. Cada integrante do projeto destinava o material reciclável doméstico para armazenamento e transporte conjunto num local indicado. Após alcançar um volume pré-determinado, o transporte era realizado para o local da venda, por uma empresa voluntária, a Engecram Construção Civil, a qual realizou o transporte por um ano e meio. Após a empresa deixar de atuar no Município não foi possível continuar com o transporte. Foram realizadas palestras interativas junto ao público envolvido, com as seguintes temáticas: Princípios básicos da coleta seletiva; Impactos socioambientais relacionados à disposição inadequada de resíduos; Classificação dos resíduos por origem e tipo e Reciclagem.

Nos encontros com os participantes do Projeto era trabalhado temas referentes ao acesso as direitos sociais, o que é preconizado no SUAS. O grupo tem encontros semanais onde são discutidos os temas como acesso a informação e meios para acessar a rede socioassistencial e intersetorial do Município, levantamento de demanda e dificuldades no convívio familiar e social, para que fosse trabalhado temas pertinentes ao grupo e suas questões, fortalecendo assim o convívio familiar e social.

A média de participantes ao longo deste período é de 26 pessoas. Ainda não foi possível expandir o projeto para atingir mais participantes devido a falta de um local

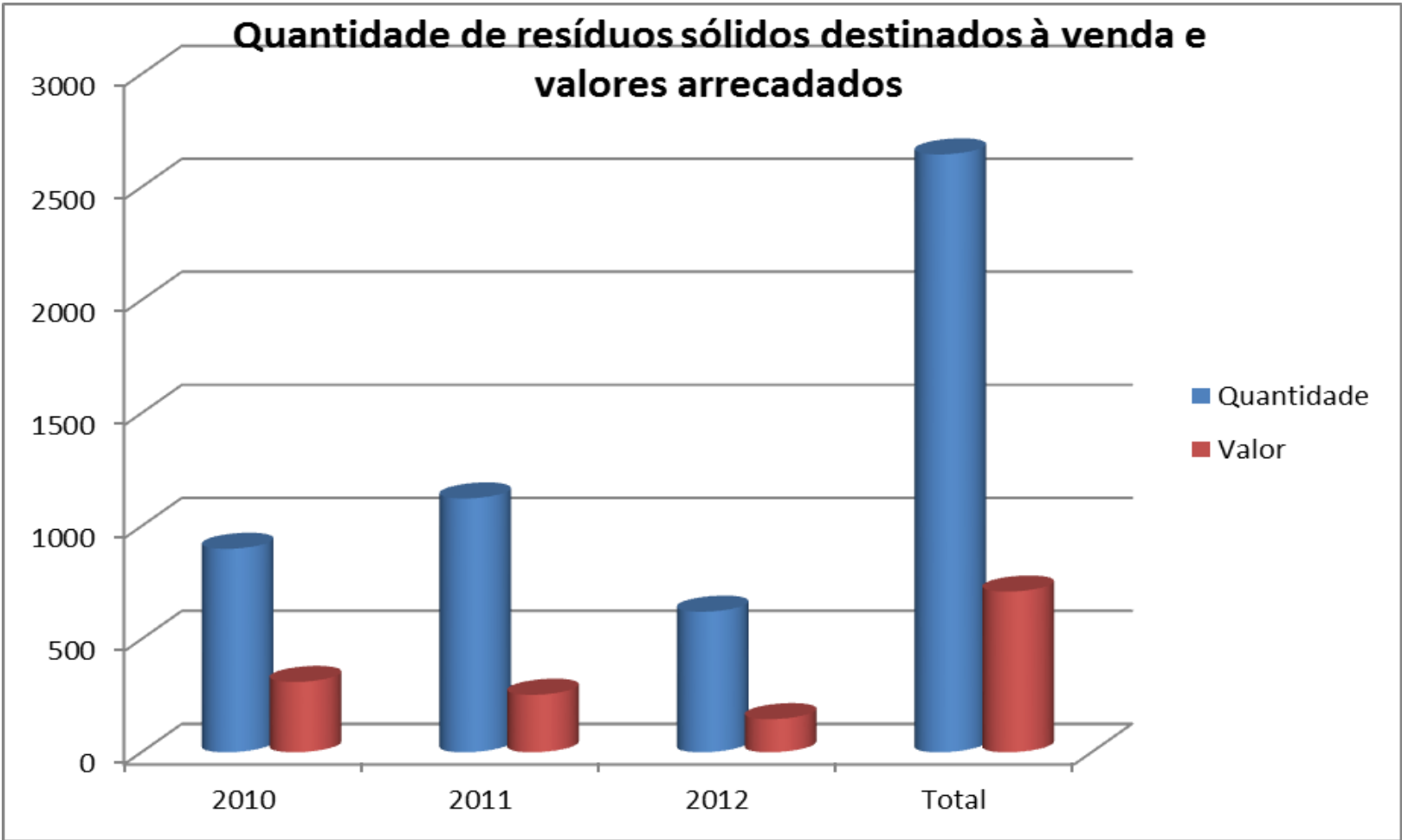
para armazenamento. Mas o transporte foi solucionado através de uma articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria de Infraestrutura através do Departamento de Limpeza Urbana. O qual disponibiliza o transporte dos materiais recicláveis atualmente.

### 3.1 ESQUEMA DO FUNCIONAMENTO DO PROJETO

- Formação do grupo com os usuários do CRAS e funcionários do CRAS como voluntários;
- Recolher os resíduos domésticos - cada participante separa os resíduos sólidos gerados e leva semanalmente até o local para armazenamento;
- Armazenamento dos resíduos → casa de uma participante
- Parceria com empresa para transportar (Engecran – atualmente prefeitura Municipal através do Departamento de Limpeza Urbana);
- Destinação para venda;
- O dinheiro arrecadado é dividido entre os participantes após ser acumulado por 6 meses – os funcionários do CRAS não são contabilizados na divisão.
- Palestras sobre a temática do Meio Ambiente;
  - Princípios básicos da coleta seletiva;
  - Impactos socioambientais relacionados à disposição inadequada de resíduos;
  - Classificação dos resíduos por origem e tipo;
  - Reciclagem;
- Articulação com o curso de Gestão Ambiental da Unopar;
- Articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Palestras com temas propostos pela política de proteção social básica como: Participação popular; cooperação, auto-gestão, inclusão produtiva, economia solidária; solidariedade, acesso à informação, convivência familiar e social.

### 3.2 ALGUNS ENTRAVES:

- A formação dos profissionais de nível superior, que atuam nos CRAS, principalmente Assistente Social e Psicólogo passa a ser uma questão a ser trabalhada, pois percebemos que não há responsabilização e conhecimento sobre a questão ambiental. Assim, se os técnicos atuam com o objetivo de promover discussões reflexivas em busca da autonomia, protagonismo e resgate de cidadania, e não têm a cidadania fortalecida no que diz respeito ao meio ambiente, que é algo muito maior que apenas fauna e flora, como favorecer a tomada de condutas pro ambientais? É relevante pontuar que muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, público do CRAS, encontram-se num contexto ambiental insatisfatório e degradado, pois moram em áreas de risco como encostas e casas de madeira em situação precária e sem ventilação, sem iluminação, ruas sem calçamento e sem saneamento básico, inclusive com esgoto a céu aberto e lixo depositados no quintal de casa ou às vezes queimados. Diante disso, fica claro que ao trabalhar cidadania é preciso contextualizar o Meio em que esta família está inserida e propor reflexões acerca de temas transversais, para que a cidadania não seja trabalhada ou proposta de forma fragmentada.
- Não somente os técnicos de nível superior, mas todos os funcionários apresentaram nulas condutas pró-ambientais e ausência de responsabilização acerca do consumo e reuso de materiais recicláveis. Atualmente, apenas 30% dos funcionários aderiram ao projeto.
- Equívocos sobre a atuação do psicólogo no CRAS também é outro entrave, pois muitos veem que atividades com essa temática ambiental e de resíduos sólidos não compete ao profissional de psicologia, identifico como ideias de que a psicologia tem ações isoladas de atitudes de cidadania e políticas.
- Falta de um local para armazenamento adequado (para que seja ampliado o Projeto)
- Falta de coleta seletiva no Município de Eunápolis.



### 3.3 ALGUMAS FOTOS DO PROJETO RET: RECOLHER E TRANSFORMAR



Figura 1 - Início do projeto - o armazenamento começou a ser realizado no CRAS



Figura 2 - primeiros participantes e mobilização entre os membros da família



Figura 3 - Palestra com os usuários PAIF



Figura 4 - Reuniões com os participantes



Figura 5 - local atual do armazenamento



Figura 6 - Transporte dos materiais recicláveis



Figura 7 - local do armazenamento e funcionário voluntário do CRAS



Figura 8 - Oficina de produção de brinquedos com materiais recicláveis



Figura 9 - Oficina de fabricação de Puf com garrafa Pet



#### 4- METODOLOGIA E ANÁLISE E DISCUSSÃO

O método qualitativo será a base para construção da pesquisa em tela. Quanto a técnica de pesquisa serão utilizadas, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso acerca do Projeto RET: recolher e transformar.

Como instrumentos, serão utilizados os registros do quantitativo arrecadado e vendido mensalmente e dados de registro colhidos através da observação das falas e discursos proferidos durante as reuniões mensais de encontro do grupo para discutir o desenvolvimento e resultados obtidos com o projeto.

Conforme mencionado acima, a implantação do projeto RET: Recolher e Transformar ocorreu após mobilização dos usuários dos grupos socioeducativos e de convivência do PAIF. Assim, os integrantes são idosos, mulheres gestantes e jovens das oficinas de inclusão produtiva. **No início percebemos que os usuários ficaram presos a questão financeira, estavam mais interessados no valor da venda dos produtos e como seria feito a divisão. Ao longo dos encontros foi enfatizado que a destinação adequada dos resíduos sólidos domésticos não era visando a questão econômica, mas sim a educação ambiental e o direito a um meio ambiente equilibrado, sendo um direito e também um dever, já que todos deveriam se responsabilizar pelo lixo produzido. Foi enfatizado que tínhamos a chance de promover uma educação pautado na ação/atitude, o que poderia se multiplicar aos membros da família de cada integrante.**

A partir do gráfico, podemos analisar que já foi destinado à venda mais de 2 toneladas e meio de resíduos sólidos, mas que o valor arrecado não segue o volume vendido, pois os materiais têm um valor muito pequeno e oscila mês a mês de acordo com o mercado de compra e uso dos materiais.

Identificamos também que o ano de 2012 ficou comprometido, pois não foi possível expandir o projeto no primeiro semestre, conforme planejado. Um dos motivos foi a falta de transporte, pois ficamos um período sem transporte. Quando a empresa não pôde mais assumir o transporte foi preciso recorrer ao setor de limpeza urbana, o que é até mais assertivo, considerando a necessidade de maior articulação entre outros setores públicos. Contudo já está em andamento o planejamento para a expansão do projeto.

No início alguns relatavam que tinham vergonha de andar pela rua com sacola de lixo e que não precisa da venda do produto para sobreviver. Vejam os

relatos:

Participante A: *“eu tenho vergonha de ficar juntando lixo, os outros vão achar que estou passando fome”*

Participante B: *“eu nunca precisei vender lixo e se Deus quiser, não será agora... o lixo tem que ser é queimado, é assim que eu fiz a vida toda na roça”*.

Outros já relataram que já separavam a garrafa pet e deixava do lado de fora para o catador pegar. Neste tipo de relato observamos que o participante considerava apenas os vasilhames de plásticos como material reciclável, ou seja, mesmo aquelas pessoas que já separavam alguns resíduos não tinham conhecimento acerca dos materiais recicláveis.

Os dois primeiros exemplos nos mostram o quanto a questão ambiental é isolada das atitudes das pessoas e como que não há nenhuma responsabilização acerca da produção de resíduos sólidos e que não há postura crítica frente ao produto que está consumindo, se gera menos ou mais resíduo.

Após os encontros como o grupo para debater sobre a logística de coleta, armazenamento e transporte do material – no início foi algo muito difícil de ser assimilado pelos participantes – o grupo ficou mais coeso e mais interessado nas questões ambientais, reciclagem e mobilização de familiares e dos vizinhos. Mensalmente é realizado reunião com todos os envolvidos no projeto para avaliação e monitoramento das atividades e é onde podemos observar as mudanças, transformações de ideias e as aquisições sociais adquiridas pelos usuários do PAIF.

Vejamos alguns exemplos:

Participante A: *“ hoje eu vejo a bobagem que era ficar com vergonha de carregar o lixo, ainda mais que trabalhei numa usina de reciclagem em São Paulo... eu não tenho mais coragem de misturar meu lixo reciclável com o orgânico”*:

Analisamos nesta fala uma mudança significativa da percepção ambiental e tomada de responsabilização, levando a tomada de atitudes pró-ambientais.

Ressalto que desde o primeiro relato desta participante, quando manifestou vergonha em separar e carregar seu lixo, em nenhum momento a mesma foi criticada, pois sabemos que a relação com o meio ambiente e neste caso com o lixo é socialmente imbuída de preconceitos e imagem pejorativa, apenas informamos que ela poderia participar das palestras sem o compromisso inicial de destinar seu lixo para o projeto e que isso fosse feito quando possível e internalizado como algo relevante para ela.



*Participante C: “eu sempre joguei lixo na rua e hoje eu não suporto ver ninguém fazendo isso, eu fico pensando: como que eu fazia isso antes e não percebia o quão feio e ruim era para a cidade e para o meio ambiente? Só não convenci meu marido ainda, ele come uma banana e joga a casca pela grade da sala na rua, fui falar com ele e ele me respondeu: todo mundo faz isso, qual o problema? Mas aos poucos sei que vou conseguir mostrar pra ele que somos responsáveis pelo nosso lixo”*

Este exemplo nos mostra uma participante com atitudes reflexivas acerca de suas atitudes e de seu contexto familiar e social. E a isso podemos nomear como uma cidadania mais fortalecida, mais participativa e proativa.

Os exemplos acima nos indicam que o projeto tem alcançado seus objetivos, e é pertinente que o assunto meio ambiente perpassasse os demais temas propostos pela proteção social, assim podemos colaborar para o rompimento de um ciclo enraizado em nossa sociedade, que é trabalhar direitos de forma isolada dos deveres.

Apontamos como aquisições sociais adquiridas pelos usuários do PAIF, participantes do projeto RET: Recolher e Transformar, os resultados obtidos como: Auto-gestão, autonomia, protagonismo, fortalecimento de vínculos familiares e sociais, mudança de percepção e de relações com o meio ambiente, levando a condutas pró-ambientais e interesse em educar as novas gerações através de tomada de atitudes/exemplos.

Uma atitude que demonstra laços sociais fortalecidos e auto-gestão foi observada na divisão do dinheiro, no primeiro ano do projeto o dinheiro ficou acumulado por um ano, totalizado assim, R\$611,00 - cada participante recebeu em média R\$27,00. Uma das participantes do projeto estava com problemas de saúde e gostaria de realizar o tratamento em Salvador, junto à família, como não tinha o dinheiro da passagem, foi surpreendida pela maioria dos participantes, os quais doaram todo ou parte do dinheiro. Os demais usaram o dinheiro para comprar algum presente para familiares, principalmente para os netos.

Podemos observar que uma vez sensibilizado acerca da importância da destinação adequada do lixo, o indivíduo permanece com as atitudes pró-ambientais, pois se sente responsável pelo lixo que produz. Um exemplo é que quando um participante, por algum motivo, não pode mais participar do projeto, nos relata que não consegue misturar o lixo e que encontrou como saída a separação do

lixo em casa e sua disponibilização para que os catadores de materiais recicláveis pudessem apanhar.

Ressaltamos ainda que o sucesso da implantação da Lei de resíduos sólidos, que passará a ser obrigatória no país no ano de 2014 e que não isenta o cidadão, pelo contrário, o inclui diretamente na responsabilização da destinação adequada do lixo, será muito maior se for realizado trabalhos diretos com as comunidades, pois sabemos que só a informação não basta para que a mudança de comportamento e atitudes sustentáveis aconteça.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito ao meio ambiente sadio está previsto na Constituição Brasileira, sendo entendido como uma condição essencial para a dignidade da pessoa humana e pode ser entendido como um pressuposto aos demais direitos.

Neste contexto, acredita-se que o Projeto é uma ferramenta importante para se trabalhar com as famílias a respeito de sua relação com o meio ambiente e trabalhar e proporcionar aquisições sociais, uma vez que tem foco socioeducativo e de responsabilização acerca das questões ambientais.

O modelo de desenvolvimento atual, embasado num sistema capitalista estimula a todo instante o consumo, muitas vezes de bens supérfluos. Neste cenário a geração de resíduos passou a ser um dos principais passivos ambientais da sociedade moderna. Assim, a educação ambiental dos cidadãos torna-se um instrumento fundamental no processo de gerenciamento dos impactos ambientais advindos da geração de resíduos sólidos.

Vimos que Hartmut Günther indica que a contribuição da psicologia ambiental perpassa pela intervenção e pela gestão para favorecer a emersão de ações sustentáveis. E conseqüentemente promover o rompimento de equívocos históricos da fragmentação de proposições políticas.

A psicologia sócio-histórica indica que as políticas públicas direcionadas às famílias devem ser construídas juntamente com as famílias, considerando as especificidades das questões sociais, econômicas, culturais e históricas de cada comunidade e território. Este é o primeiro passo para a promoção de mudanças significativas e transformadoras no contexto familiar e social. E para isso a articulação e junção das ações entre as políticas setoriais precisam avançar.

Assim, consideramos pertinente fazer um trabalho para e com as famílias usuárias do CRAS que contemple a garantia de direito, e que fortaleça o exercício de cidadania de cada família e da comunidade. Exercer a cidadania está inerente às diversas relações que cada indivíduo tece com a sociedade, sejam elas de caráter cultural, político, econômico, educacional, de saúde, da mídia (acesso e uso da comunicação) e do meio ambiente.

A experiência, portanto, nos indica um viés pelo qual a atuação do psicólogo no CRAS pode perpassar para atuar junto às famílias e comunidades, contribuindo

para o fortalecimento da cidadania e com a formação de subjetividade capaz de se comprometerem com a questão ambiental. Promovendo assim, condições aos participantes para mobilizar as famílias e a sociedade acerca das problemáticas que o cercam, independente de sua origem (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, entre outras)

Contudo, é nítido que há muito o que fazer para conjugar as propostas da agenda social, meio Ambiente, saúde e educação, só para citar algumas. Pois não é só na execução que se percebe uma fragmentação, mas desde a elaboração das políticas nacionais é perceptível que a articulação entre os setores devem ser aprimoradas, tanto pela gestão quanto pelos técnicos.

Concluimos que é um grande desafio para o profissional de gestão social promover a articulação e a construção de projetos que desenvolvam de fato a comunidade e que provoque transformações não apenas no nível informacional, mas, sobretudo, no campo da ação e da potencialização das comunidades para receber e participar das diversas políticas públicas ligadas ao bem estar individual e social dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS. Alice Beatriz B. Iziqne Psicólogo informação. **A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon**. ano 14, n, 14 jan./dez. 2010

BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. BRASIL. Resolução nº 17, de 20 de Junho de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 Junho de 2011. Seção 1, p. 79.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional De Assistência Social (MDS/SNAS) – **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro de 2004. Disponível em <http://www.mds.gov.br/nob.asp> Acesso em Fevereiro de 2012.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional De Assistência Social (MDS/SNAS) – **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, Brasília, Julho de 2005. Disponível em <http://www.mds.gov.br/nob.asp> Acesso em Dezembro de 2011

\_\_\_\_\_. Resolução Nº. 109. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a política de assistência social**, 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas e SCHOMMER Paula Chies. **Gestão Social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um caso de Lampedusa?** Disponível em: <http://institutofonte.org.br/artigo-gestao-social-inovacao-enigma-de-lampedusa>. Acessado em 16 de Julho de 2012.

CRUZ, Lílian R.; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) **Políticas Públicas e Assistência Social: Dialogando com as práticas psicológicas**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DRAWIN, Carlos Roberto. **O futuro da psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico**. In: BOCK. Ana M. Bahia: Psicologia e o Compromisso social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez. 2009. 55-71.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 11ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, Maria da Graça M. **Contribuições da psicologia Sócio-histórica para a Elaboração de Políticas Públicas**. In BOCK. Ana M. Bahia (Org.) Psicologia e Compromisso Social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 277-293.

Günter, H., Guzzo, R. S. L.; & Pinheiro, J. Q. (Orgs.). **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea. 2004.

Guzzo, Raquel S. L.; LACERDA JR Fernando (Orgs). **Psicologia Social para América Latina**. 2ª Ed. Campinas: Alínea, 2011.

KEINERT, T.M.M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume:Fapesp, 2000. Citado por BOULLOSA, Rosana de Freitas e SCHOMMER Paula Chies. **Gestão Social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um caso de Lampedusa?** Disponível em: <http://institutofonte.org.br/artigo-gestao-social-inovacao-enigma-de-lampedusa>. Acessado em 16 de Julho de 2012.

MARTINS, Maria Lucimar Pereira Slide com material da disciplina: **Gestão da Proteção Social Básica e Especial: princípios e funções, serviços, programas e projetos**. Curso de Pós-graduação em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, UNOPAR, 2011.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 8ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental: **em busca de um ambiente melhor**. Estudos de Psicologia, Natal, v.2, n.2, 1997. p.377-398.

SOUZA Luciana Silva Martins de Psicologia. Resenha do Livro Argumento, Curitiba, v. 24, n. 44 p. 83-85, jan./mar. 2006.

YAMAMOTTO, Oswaldo H. **Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia**. In: BOCK. Ana M. Bahia: Psicologia e o Compromisso social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez. 2009. 37-54.

VANZETTO. Antônia Alves, **o sistema único de assistência social e a centralidade na família** 2º Seminário Nacional: Estado políticas Sociais no Brasil, UNioeste, Cascavel, 2004.

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/junho/rio-20/uniao-das-agendas-social-e-ambiental-e-destacada-no-encerramento-da-arena>

<http://globo.com/globo-news/globo-news-miriam-leitao/v/ministra-do-desenvolvimento-social-comenta-a-proposta-do-piso-de-protecao-socioambiental/1983094/>



## APÊNDICE

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### Titulo da pesquisa:

**“AQUISIÇÕES SOCIAIS DOS USUÁRIOS DO SUAS ATRAVÉS DE UM PROJETO DE RECICLAGEM NO CRAS DE EUNÁPOLIS/BA”**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa **“Aquisições Sociais dos Usuários do SUAS através de um Projeto de Reciclagem no CRAS de Eunápolis/Ba”**, realizada no **“CRAS – Centro de Referência de Assistência Social”**. O objetivo da pesquisa é Avaliar a percepção Ambiental e a tomada de atitudes em favor do meio ambiente.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma (Observação, palestra, diálogos, análise dos dados quantitativos e qualitativos, e registro fotográfico do grupo). Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Os benefícios esperados são informação acerca da destinação adequada do lixo; melhoria de comportamento em relação ao meio ambiente; tomada de atitudes de auto-gestão; protagonismo e fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

Informamos que o senhor não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar (**Rozana Maria da Fonseca, Rua Vinte e Três de Maio, 281/A - Centro – Eunápolis-Ba, (73)8159-0221**), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Norte do Paraná, Londrina/PR. Este



termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Cidade, 30 de Agosto de 2012.

**Pesquisador Responsável**

Rozana Maria da Fonseca

RG:12.850.827